

Matilde de Paula Soares

CITAÇÕES E INTIMAÇÕES POR MEIO DE APLICATIVOS DE MENSAGENS

**Inovações de acordo com o novo CPC
alterado pela Lei 14.195 de
26.08.2021**

Prefácio por Vicente de Paula Ataíde Junior

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-736-1



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 CEP: 82.210-310 Curitiba – Paraná Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Soares, Matilde de Paula.

S676 Citações e intimações por meio de aplicativos de mensagens: inovações de acordo com o novo CPC alterado pela Lei 14.195 de 26.08.2021./ Matilde de Paula Soares./ Curitiba: Juruá, 2021.

170p.: il.; 21 cm

1. Direito processual. 2. Citação (Direito processual).
3. Intimação (Direito). 4. Comunicação eletrônica. I. Título.

CDD 340.0285 (22.ed)

CDU 347.9:004

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo I DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe – LEI 11.419/2006	21
Capítulo II DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015) E DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe (LEI 11.419/2006)	27
2.1 DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS – “ <i>PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF</i> ” E DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS FORMALIDADES	28
2.2 DO NOVO MODELO DE DIREITO PROCESSUAL NO BRASIL À LUZ DO NEOPROCESSUALISMO	32
2.3 DA INTERLIGAÇÃO SISTEMÁTICA DAS REGRAS DO CPC DE 2015 COM AS NORMAS DO PROCES- SO JUDICIAL ELETRÔNICO (LEI 11.419/2006)	35
2.3.1 “Da Prática Eletrônica de Atos Processuais” do CPC de 2015 (artigos 193 a 199) e sua corres- pondência com as normas do Processo Judicial Eletrônico – (Lei 11.419/2006)	38
2.3.2 “Da Comunicação Eletrônica dos Atos Proces- suais”, da Lei 11.419/2006 (artigos 4º ao 7º) e sua correspondência com as normas do CPC de 2015.....	43
2.3.2.1 Dos prazos processuais no CPC de 2015, na Lei 11.419/2016 e quando houver du- plicidade de intimações eletrônicas váli- das, segundo o STJ.....	48

2.3.2.2	Das citações, intimações e notificações no CPC de 2015 e na Lei 11.419/2006 do Processo Judicial Eletrônico.....	53
2.3.2.2.1	Das citações eletrônicas e das inovações trazidas pela Lei 14.195 de 26.08.2021	56
2.3.2.2.2	Das citações pessoais obrigatórias.....	62
2.4	DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DA ADVOCACIA PÚBLICA E DA DEFENSORIA PÚBLICA – INTIMAÇÕES E PRAZOS NO CPC DE 2015 E NA LEI 11.419/2006 DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	65

Capítulo III DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (DECRETO-LEI 3.689/1941, ALTERADO PELA LEI 13.964/2019)

3.1	DAS CITAÇÕES E DAS FORMALIDADES PROCESSUAIS PENAIS	70
3.2	DO PRINCÍPIO “ <i>PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF</i> ” E DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS AFIANÇADAS AOS ACUSADOS EM GERAL.....	77
3.3	DAS INTIMAÇÕES “POR QUALQUER OUTRO MEIO IDÔNEO” (APLICATIVOS DE MENSAGENS, TELEFONES OU <i>E-MAILS</i> ?).....	80
3.4	DAS INTIMAÇÕES PESSOAIS E DAS PRERROGATIVAS LEGAIS.....	84
3.5	DAS INTIMAÇÕES ELETRÔNICAS E DOS PRAZOS PARA O DEFENSOR E MINISTÉRIO PÚBLICO.....	88
3.6	DAS FLEXIBILIZAÇÕES E NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS.....	90

Capítulo IV DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS À LUZ DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT (DECRETO-LEI 5.452/1943, ALTERADO PELA LEI 13.467/2017)

4.1	DAS CITAÇÕES OU NOTIFICAÇÕES TRABALHISTAS?	96
-----	--------------------------------------------------	----

- 4.2 DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS NA CLT97
- 4.3 DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJe-JT E DO ALCANCE DO PRINCÍPIO “*JUS POSTULANDI*”99

Capítulo V DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS À LUZ DA LEI 6.830/1980 NO CPC E PJe (LEI 11.419/2006).....103

Capítulo VI DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS À LUZ DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (LEI 9.099/1995 E LEI 10.259/2001) E DA DECISÃO DO CNJ 109

- 6.1 DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (LEI 9.099/1995) E DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS116
- 6.2 DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (LEI 10.259/2001) E O INÍCIO DO PRIMEIRO PROCESSO ELETRÔNICO DO PAÍS 120
- 6.3 DA DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) NO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0003251-94.2016.2.00.0000 EM RELAÇÃO AO USO DO *WHATSAPP* E SEUS EFEITOS EM ALGUNS TRIBUNAIS.....125

Capítulo VII DO PROJETO DE LEI – PL 1.595/2020 (ORIGEM: PLS 176/2018) – “INTIMAÇÃO ELETRÔNICA POR MEIO DE APLICATIVO DE MENSAGENS MULTIPLATAFORMA”..... 141

- 7.1 DO PROJETO DE LEI – PL 1.595/2020 (ORIGEM: PLS 176/2018) PARA ALTERAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL POR MEIO DE APLICATIVOS DE MENSAGENS142

7.2	DOS APLICATIVOS DE MENSAGENS MULTIPLATAFORMA COMO FERRAMENTA NA COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS?	145
7.3	DA ADEQUAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PL 1.595/2020 AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	147

REFERÊNCIAS	151
--------------------------	------------

ÍNDICE REMISSIVO.....	155
------------------------------	------------